

## O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE DE PLANALTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Rony Enderson Oliveira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

**Silvia Regina Paes**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Célia Lopes Azevedo**

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir como o Programa de Aquisição Alimentos/PAA tem contribuído para criação e acesso a novos mercados e sua influência na segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares da comunidade de Planalto Rural em Minas Gerais. Para além da produção e venda, o PAA também garantiu melhora na alimentação e segurança alimentar e nutricional aos moradores da comunidade, visto que a variedade que foi implementada nas hortas reflete diretamente na mesa do agricultor. A metodologia do trabalho se baseou em um estudo de caso na comunidade de Planalto Rural, foi utilizada a pesquisa qualitativa. A partir da análise dos dados, identificamos que o PAA foi responsável pela diversificação das hortas nas propriedades e refletiu diretamente na segurança alimentar e nutricional dos moradores.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos. Segurança Alimentar e Nutricional

### THE FOOD ACQUISITION PROGRAM AND ITS CONTRIBUTIONS TO FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN THE RURAL PLANALTO COMMUNITY IN NORTHERN MINAS GERAIS

#### ABSTRACT

This article aims to reflect how the Food Acquisition Program / PAA has contributed to the creation and access to new markets and its influence on the food and nutritional security of family farmers in the community of Planalto Rural in Minas Gerais. In addition to production and sale, the PAA also ensured an improvement in food and food and nutritional security for the residents of the community, since the variety that was implemented in the gardens reflects directly on the farmer's table. The methodology of the work was based on a case study in the community of Planalto Rural, qualitative research was used. From the analysis of the data, we identified that the PAA was responsible for the diversification of the vegetable gardens in the properties and reflected directly in the food and nutritional security of the residents.

**Keyword:** Family farming. Food Acquisition Program. Food and nutrition security

Recebido em: 02/09/2020

Aceito em: 06/11/2020

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado que tratou do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Segurança Alimentar na comunidade de Planalto Rural em Montes Claros/MG no norte de Minas Gerais. E teve como objetivo geral investigar a importância do PAA para os agricultores familiares da comunidade rural de Planalto Rural em Montes Claros (MG) e sua influência na Segurança Alimentar e Nutricional – SAN dos mesmos. Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes: verificar quais são os principais produtos entregues no PAA; identificar a importância do programa na comunidade, assim como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores; especificar quais são as principais mudanças nos hábitos alimentares e a contribuição para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores a partir da adesão ao PAA.

A agricultura familiar tem importante papel na economia brasileira, se caracteriza como espaço de reprodução social e de renda para os pequenos agricultores. Sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma política pública que busca incentivar e impulsionar a agricultura familiar.

A categoria dos agricultores familiares ganhou relevância a partir da aprovação da Lei 11.326/2006 que estabeleceu a conceituação oficial de agricultura familiar a ser utilizada pelas políticas públicas nacionais o que de certa forma obriga o Estado a fomentar política para categoria.

Com a criação do PAA no ano de 2003, política pública voltada para a agricultura familiar e que busca promover o apoio à comercialização dos produtos e conseqüentemente fortalecer a categoria, é necessário investigar quais são os reais impactos dessa política para o desenvolvimento local e de que forma essa política em questão melhorou a qualidade de vida dos agricultores familiares.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Caracterizar o universo agrário é algo complexo, em virtude da diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas, etc.), assim como dos diversos tipos de agricultores existentes, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada aos desafios e restrições que se assemelham (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

Nesse sentido, tomamos por base o estudo sobre a agricultura familiar, suas características e a sua importância para o Brasil. Na conceituação da categoria da agricultura familiar, de acordo com Wanderley (2003, p. 43),

Existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento.

Ainda segundo Wanderley (2003), o conceito de agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, que conseguem se adaptar ao mercado e suas exigências, em oposição aos demais classificados como pequenos produtores que não conseguem se adaptar a essas exigências. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Percebe-se que as políticas públicas devem atuar no sentido de construir as bases para a formação desse segmento. Assim, define-se que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele é resultado da própria atuação do Estado.

A agricultura familiar possui critérios definidos pela Lei nº 11.326, aprovada em 2006, que são mais restritivos do que os critérios usados em estudos feitos anteriormente por outros organismos como a FAO/INCRA e universidades brasileiras que estudam o setor. Segundo essa Lei, o limite máximo para ser considerado um empreendimento familiar é de quatro módulos fiscais. Nesses empreendimentos familiares, deve predominar a mão de obra da própria família, a renda deve ser originada nas atividades da propriedade e a direção também tem de realizar-se por um membro da família (INCRA, 2016).

Em se tratando de política pública voltada para o seguimento dos agricultores familiares, o PAA apresenta-se como novidade, pois consiste em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional, o que promove o fortalecimento da agricultura familiar. O PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina também para a formação de estoques estratégicos (GRISA; PORTO, 2015).

O PAA que foi uma das ações do governo federal incluídas no Programa Fome Zero. O programa Fome Zero, foi a primeira sinalização do governo federal em iniciar as políticas para combater a fome refere-se à implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional, cuja base legal é a edição da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, que, a *posteriori*, é convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e teve sua regulamentação por meio de decretos. Atualmente, o decreto que está em vigência é o Decreto nº

7.775, de 4 de julho de 2012 (MDSA, 2016). Desse modo, é o artigo 19 da Lei nº 10.696 / 2003 que resume as funções do PAA, a saber:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2016).

A compra ocorre mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais e os produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30 por cento (MDA, 2015). Isso pode ser percebido no quadro que se segue, pois apresentamos uma síntese acerca das modalidades do PAA.

#### Quadro 01: Modalidades do PAA

<b>Compra com doação simultânea</b>	Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou Estados ou Municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.
<b>Formação de estoques</b>	Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

	Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 1,5 milhão.
<b>Compra direta</b>	Visa à compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.
<b>PAA Leite</b>	Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento, e doado aos beneficiários consumidores. E operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/semestre: R\$ 4.000,00
<b>Compra institucional</b>	Compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.
<b>Aquisição de sementes</b>	Visa à compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões

Fonte: MDA, 2015 (Adaptado)

A agricultura familiar é o principal grupo fornecedor de produtos para o PAA, configurando-se assim, uma política pública de relevância para o fortalecimento dos agricultores familiares. Outros grupos também são beneficiados com o programa, entre eles os agroextrativistas, assentados da reforma agrária, atingidos por barragem, indígenas e quilombolas.

A estrutura governamental que rege o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é formada por um Grupo Gestor<sup>1</sup> do PAA - GGPA - que atua como órgão colegiado de caráter deliberativo e reúne representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário<sup>2</sup>; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento,

<sup>1</sup>De caráter intergovernamental, que conta com a participação de seis Ministérios (Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS; Desenvolvimento Agrário - MDA; Educação; Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab), e que é responsável por regulamentar todo o seu funcionamento. O diálogo social regular ocorre no Comitê Consultivo Nacional, formado por representantes de organizações e movimentos da agricultura familiar, instituições da rede socioassistencial, representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), além outros representantes, que são nomeados pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, após sua indicação pelas respectivas instituições governamentais ou da sociedade civil. Os membros do Comitê constituem uma rede capaz de fazer o acompanhamento e exercer o controle social (BOJANIC, 2016, p. 121).

<sup>2</sup>Criado no ano de 2016 com a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. É de competência do Grupo Gestor a orientação e acompanhamento da execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções (MDSA, 2016).

Esse Grupo Gestor é responsável por definir, no âmbito do PAA, as seguintes diretrizes, tais como: a forma de funcionamento das modalidades do programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares; a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (MDSA, 2016).

O PAA está intrinsecamente ligado ao MDSA. Mas, convém ressaltar que, desde o seu início, tal Programa foi operacionalizado pelo MDA, extinto em 2016 e integrado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo governo do Presidente Michel Temer (2016-2018) que assumiu a presidência após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2014- 2016).

Ainda segundo Camargo *et al.* (2016), o PAA é a iniciativa governamental com maior impacto sobre os agricultores familiares, tendo em vista que é um programa intersetorial e interministerial. Intersetorial, porque combina uma medida de política agrícola de incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar com um programa de cunho social, o qual tem como principal objetivo combater o flagelo da fome nos segmentos menos favorecidos da sociedade. Por meio do PAA, o governo adquire produtos da agricultura familiar por um preço compensatório, eliminando exploração dos atravessadores. Com isso, esses alimentos se tornam disponíveis para a população seja pela doação direta ou, mais indireta e lentamente, através dos estoques governamentais.

## 2 METODOLOGIA

Para construção desse artigo, optamos pela metodologia da pesquisa qualitativa, utilizou-se uma metodologia de estudo de caso, associada a uma abordagem qualitativa dos dados. Fez-se a opção pelo estudo de caso, uma vez que, segundo YIN (1996), o estudo de caso tem como foco investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, e também pode ser usado para lidar com condições textuais, por elas serem relevantes para o fenômeno a ser estudado.

Quanto à abordagem qualitativa adotada nesse trabalho, se fez jus, porque se buscou compreender, de forma mais aprofundada, a temática do PAA para os agricultores familiares da comunidade de Planalto Rural, sem ficar “preso” a dados quantitativos do programa na comunidade.

Essa pesquisa foi dividida em três partes detalhadas a seguir:

A primeira etapa concentrou-se em um estudo exploratório. A pesquisa exploratória foi usada com o objetivo de prospectar as informações em relação às políticas de fomento sobre a agricultura familiar, o PAA e demais programas desenvolvidos para a categoria. A prospecção de informações se deu mediante a pesquisa bibliográfica, assim como a busca de dados disponíveis em *sites*, como: IBGE, MDA, Censo Agropecuário, Atlas do Desenvolvimento Humano, sítios da rede mundial de computadores, dados disponíveis na associação, sindicatos, entre outros.

Antes de iniciar a aplicação de questionários e realizar as entrevistas, apresentou-se o projeto na Associação dos Hortifrutigranjeiros da região do Pentáurea (ASPROHPEN), com o intuito de explicar a proposta de estudo.

A segunda etapa da pesquisa constituiu-se por aplicação de um questionário a 30 agricultores familiares, com o foco de colher as principais informações a respeito do perfil socioeconômico; produção e comercialização; o acesso destes agricultores à capacitação e quais são os principais benefícios do programa de aquisição de alimentos, bem como quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Tal questionário foi aplicado a agricultores entre 20 a 65 anos.

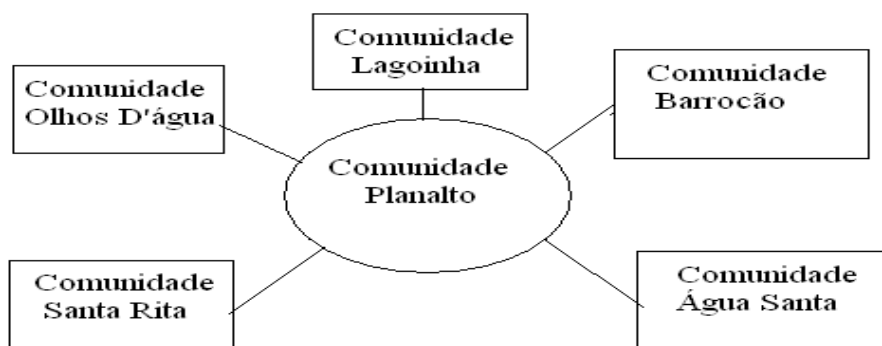
Já a terceira etapa envolveu a aplicação de entrevista semiestruturada a 10 agricultores familiares. Essa entrevista foi dividida por gênero e aplicada a cinco homens e cinco mulheres entre 20 e 65 anos, os quais não responderam ao questionário. Nessa etapa, utilizou-se o método da saturação e foi interrompida na sétima entrevista, pois as informações obtidas a partir da sexta entrevista não trouxeram dados novos. Também houve a classificação dos entrevistados como: morador A, morador B, morador C, morador D e morador E, morador F e morador G a fim de resguardar a identidade dos mesmos.

O cenário do estudo é a comunidade de Planalto Rural localizada no município de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Para melhor entender a dinâmica dos agricultores da comunidade, optamos em participar de 03 reuniões da associação durante o estudo, optamos também em acompanhar todo o processo desde a plantação à entrega na Central de Abastecimento do Norte de Minas (Ceanorte) em Montes Claros em duas propriedades na comunidade. Selecionamos uma mais próxima a BR - 135 (aproximadamente 1,5 km e outra a aproximadamente 09 km da BR - 135, ambas associadas a Associação de Produtores de Hortigranjeiros da Região do Pentáurea ASPROHPEN.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade de Planalto Rural é composta por outras cinco comunidades, a saber: Olhos D'Água, Santa Rita, Água Santa, Barroção e Lagoinha, as quais se formam em torno de um núcleo central que é denominado por Planalto Rural (Fonseca, 2012). A figura, a seguir, ilustra o papel central que a comunidade de Planalto Rural exerce no sentido de articular a organização, venda e comercialização dos produtos da região. E verifica-se que a associação responsável por articular as comunidades é a ASPROHPEN.

**Figura 1:** Disposição das comunidades



Fonte: FONSECA, 2012, p. 78.

Por meio dos questionários e da entrevista aplicada na comunidade rural de Planalto Rural, observamos que a economia da comunidade é formada por agricultores familiares, tendo em vista que as hortaliças, verduras, frutas e flores, esta última identificada em apenas uma unidade visitada, é que formam a economia do local. Também verificamos que a proximidade com a BR-135 facilita o escoamento da produção. Há relatos de alguns agricultores que fornecem para outras cidades, mas, nesse caso, os compradores é que são responsáveis pelo transporte das hortaliças e demais produtos na propriedade. Nesse sentido, salientamos que a proximidade com a rodovia BR-135 também é relevante, pois a propriedade mais distante fica a nove quilômetros, enquanto as demais visitadas ficam a menos de um quilômetro e meio de distância dessa rodovia.

A produção das unidades visitadas é bem diversificada e o PAA tem influência na diversificação da produção, pois, antes do programa, a produção foi bem direcionada ao mercado comprador e, na maioria das vezes, foi somente para a venda e não abastecia a família. Com o PAA, desde o ano de 2003, a comunidade de Planalto Rural apresentou diversificação da produção. Isso porque, com a compra da produção pelo PAA, os agricultores passaram a diversificar a sua produção



para atender ao programa e, conseqüentemente, melhorar a alimentação da família. É possível identificarmos as contribuições do PAA na diversificação da produção da fala de moradores entrevistados:

Olha, se houve diversificação das hortas depois do PAA? Teve demais! A plantação sofreu mudança demais, eu mesmo não plantava esses trem viu, antes eu mesmo não plantava alface, cebolinha, couve esses trem tudo foi só depois do PAA que eu comecei a plantar esses trem, alface, couve, cebolinha, abacaxi. Tudo por causa do PAA (Morador, A, 2017).

Mudou, mudou, a plantação mudou, mudou por causa do programa mesmo, a minha produção eu carregava de carroça (risos), noh, mudou muito, to falando, antes eu carregava de carroça, agora to carregando é de caminhão, passei a irrigar a produção e hoje planto até berinjela, não como, mais planto até a berinjela depois do PAA. Resumindo antes eu carregava de carroça agora carrego de caminhão (Morador, D, 2017).

Também verificamos, mediante os questionários junto aos agricultores da região, a diversidade implementada nas propriedades, conforme quadro a seguir:

**Quadro 02: Produção nas propriedades**

Verduras/Legumes	Hortaliças	Frutas	Outros
Abobrinha	Alface: roxa, lisa e manteiga	Abacaxi	Flores (Rosas)
Beterraba	Cebolinha	Abacate	
Cenoura	Coentro	Banana	
Chuchu	Couve	Laranja	
Jiló	Mostarda	Mexirica	
Mandioca	Repolho	Morango	
Maxixe	Rucúla		
Moranga	Rabanete		
Pimentão	Espinafre		
Quiabo	Salsa		
Tomate			
Vagem			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A figura que se segue ilustra a diversificação em uma das propriedades na comunidade de Planalto Rural.

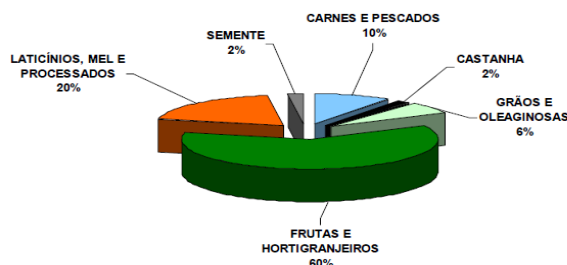
**Figura 02: Horta diversificada de agricultor familiar pertencente à ASPROHPEN**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

As aquisições do PAA em todo território no ano de 2016 foram bem diversificadas (ver figura 12), tendo destaque a compra de hortaliças e frutas que correspondem a 60% , seguido por laticínios, mel e processados.

**Figura 03: Diversidade de produtos adquiridos pelo PAA no ano de 2016 em todo país**



Fonte: Conab, 2017, p.13.

O PAA também contribuiu para diversificar a alimentação da família, bem como a diversificação da plantação refletiu diretamente na mesa do produtor que passou a se alimentar melhor. Durante a aplicação das entrevistas, os entrevistados relataram que, depois da adesão ao PAA, houve mudanças na alimentação da família. Podemos afirmar que, se mudou na horta, mudou no prato. Segundo entrevistados:

Em relação à alimentação nossa, depois do PAA passamos a comer mais carnes, mais frutas, mais verduras ter melhor qualidade na alimentação. Passamos a diversificar mais a ter mais produto na mesa. Melhorou muito a alimentação na nossa casa (Morador, A, 2017).

Depois da adesão ao PAA teve uns cursos aí com nutricionistas que a gente aprendeu mais o que é verduras o que é frutas. Ai lá em casa a gente evita bastante, evita conserva. Então com o PAA a gente passou a consumir mais verduras a comer mais. A alimentação melhorou

muito (Morador E, 2017).

Na fala de outro morador entrevistado, notamos que o PAA contribui tanto para a segurança alimentar da população que são beneficiadas com a compra dos alimentos pelo mercado institucional, quanto para o PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no sentido de melhorar a alimentação das pessoas que cultivam suas hortas para vender a esses programas:

É o seguinte, o povo fala que o programa só da segurança alimentar pro povo que recebe; engano demais, não concordo, o PNAE e o PAA alimenta a gente também, pois se a gente produz mais, além de comer da horta com o que vende a gente compra alimentos melhores (Morador D, 2017).

O quadro, a seguir, mostra como o PAA influenciou na alimentação dos agricultores da região, o que ocasionou na diminuição considerável do consumo de refrigerantes e enlatados. Por outro lado, o consumo de sucos naturais aumentou bastante pelos agricultores, uma vez que muitos passaram a plantar plantas frutíferas nas propriedades para fornecimento ao PAA.

### Quadro 3: Alimentação dos agricultores na comunidade de Planalto Rural

Com a adesão ao PAA, o Sr(a) e sua família, passaram a consumir:				
Item	Mais	Mesma quantidade	Menos	Parou de consumir
Verduras /Legumes	20	10		
Frutas	20	10		
Suco natural	20	10		
Ovos	13	16		01
Carne de Frango	17	12	01	
Enlatados	04	05	16	05
Refrigerantes	04	08	13	05
Total				30

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

O PAA, além de contribuir para diversificação da produção e da alimentação dos agricultores familiares, possibilita ganho de renda, uma vez que garante a compra da produção dos agricultores. É possível identificar na fala dos agricultores entrevistados a importância do PAA.

A grande importância do PAA pra mim e pra região, tirou a miséria da região, a importância pra mim, é porque é uma venda já programada, e o consumidor. O preço. E você já planta sabendo que o PAA pega, não vai ficar perdido a plantação. E por causa que a agricultura familiar sentiu mais segura, porque pode aumentar o plantio, pois sabia que tem

o consumidor certo (Morador D, 2017).

Uai, moço, a importância do PAA pra mim é tipo, é que o dinheiro é tipo uma poupança, é um dinheiro que cê pega aí mais reunido pra pagar as conta, fazer feira, equipar as hortas, uma pra mim é o dinheiro. E garantiu o mercado, você já sabe onde entrega (Morador B, 2017).

Dentre as principais dificuldades encontradas pelos produtores em relação à produção e comercialização junto ao PAA, a que se destaca é, principalmente, a hídrica, pois o fato de ter pouca chuva, como eles relatam, faz com que os poços artesianos nas propriedades tenham pouca água para manter a produção. Conforme um morador entrevistado, em relação à produção, a principal dificuldade é:

Água! É água! É a principal dificuldade que tem. Océ pode perguntar 99% do povo aqui é recursos hídricos. Isso oce vai perguntar todo mundo, e só se a pessoa tiver muito variada pra não responder isso. Aqui é um dos pior lugar de água que eu conheço. Agua na região nossa é complicada. Aqui é um lugar mais alto do norte de minas. Tem muito pouca água. O recurso hídrico é muito escasso. Aqui nos tem 05 poços artesianos, mas num tem muita água (Morador E, 2017).

Para comercializar, foram relatadas algumas dificuldades junto ao PAA, como, por exemplo, a quantidade que solicitam por produtor e a questão da safra. Isso se deve ao fato de que o que é solicitado pelo PAA não está na safra e os produtores ficam sem entregar. Quanto à dificuldade com o transporte, somente um entrevistado, que tem sua horta a 9 km de distância da sede da associação, relatou ter dificuldade de entregar sua produção.

Pra comercializar, é a quantidade que és pede. Essa é uma dificuldade. Nos entrega pros Asilo, Ong, os CRAS, tem muito CRAS querendo entrar, e eles pedem pouco. E poderia também, ocê pode anotar aí, eles podia respeitar a safra, respeitar a safra. Pô deixa, os outros casos, mesmo não tendo cadastrado, eles pedem alface e ta na safra de chuchu. Aí tem de respeitar a safra. Nós tem essa complexação aí (Morador E, 2017).

Outra dificuldade diz respeito à infraestrutura, alguns agricultores, por não terem condições de fazer investimentos nas hortas para estruturá-las, revelam que a produção é prejudicada por doenças e pelo excesso de chuva (período chuvoso), pois nem todas as culturas produzem dentro da estufa que é feita. A falta de condições financeiras, alguns não conseguem instalar estufas nas hortas e a horta não produz de modo suficiente.

O PAA é de extrema importância para garantir novos mercados para os agricultores familiares da comunidade, pois, com a adesão ao programa, os agricultores começaram a diversificar suas hortas para atender aos mercados que já possuíam, assim como atender ao PAA e PNAE. Alguns agricultores relataram que possuem apenas plantação de abacaxi nas suas propriedades, enquanto outros, apenas, plantação de alface, porque o mercado comprava poucos produtos e, com isso, não viam incentivo em investir na produção.

Com o PAA e a garantia da compra, os agricultores passaram a investir na horta e, conforme o relato de um agricultor, a produção que, antes era carregada de carroça, passou a ser levada para a cidade em caminhão. Isso, por sua vez, se associa ao mercado criado pelo PAA que valorizou os produtos da roça e garantiu a compra. Também se relaciona ao PAA o fato de que, como os agricultores passaram a levar mais variedades para a Ceanorte, isso fez com que os consumidores da Ceanorte passassem a comprar mais produtos dos agricultores, assim como outros sacolões começaram a comprar e os feirantes das feiras livres da cidade de Montes Claros que adotaram a prática de comprar a produção que “sobra” do que é levado para ser entregue no PAA.

Com o PAA, se abriu novos mercados? Os novos mercados hoje que abriu, foi a venda que às vezes a gente entrega para Belo Horizonte, a gente ficou mais conhecido, os mercados abriram, abriram muitos, eu mesmo fui solicitado para entregar produto para o evento da copa do mundo em 2014. O que eu produzo acaba sendo comercializado aqui mesmo (Morador E, pesquisa de campo, 2017).

O PAA, além de abrir novos mercados para os agricultores familiares na comunidade, tem como principal papel, nesse caso, a valorização dos agricultores, pois reduziu a oferta na Ceanorte, uma vez que, como os produtos são levados para ser entregues ao PAA, diminui a oferta e, conseqüentemente, aumenta o preço dos produtos. Os agricultores priorizam a entrega ao PAA<sup>3</sup> e só comercializam o que “sobra” na Ceanorte<sup>4</sup>. Com isso, os compradores passaram a valorizar e tentar segurar os agricultores para garantir os produtos. Assim, podemos afirmar que, para além de garantir a compra, o PAA promoveu o reconhecimento e a valorização dos produtos dos agricultores.

Os mercados abriram, continuou os mesmos e outros, valorizou os mesmos, esses mercados que nos já tinha, o pessoal já preocupou. Eles falou: opa, pera aí, eles já tem outros compradores, esses pessoal já procurou outro mercado que é o PAA, eles já tem outra saída, que eles já não ta tao preso a nós, porque eles não são bobos, depois do PAA, eles falou: perai, eu tenho de ter um jogo de cintura para comprar desses agricultores agora. Os mercados novos que abriram que eu vejo, teve, mas o importante que valorizou os que nós já tinha e melhorou os preços dos produtos. O PAA tira o excesso, a palavra certa é essa. A gente não tinha segurança, o cara chegava e oferecia você tinha de vender (Morador E, 2017).

#### **Figura 04: Entrega de produtos ao PAA na Ceanorte de Montes Claros**

<sup>3</sup> Na Ceanorte não são entregues os produtos do PNAE. A entrega do PNAE ocorre na própria associação.

<sup>4</sup> A maioria dos sacolões, lanchonetes, restaurantes e outros consumidores compram a mercadoria na Ceanorte.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A Prefeitura Municipal de Montes Claros quem é a responsável por receber os produtos e fazer o registro da entrega de cada produtor. Essa mudança, segundo o presidente da Asprohpen, ocorre desde o ano de 2006. Antes disso, os produtos eram entregues à Conab - Montes Claros e redistribuídos para as entidades beneficiadas. O local de entrega definido pela prefeitura é a Ceanorte, cada produtor tem uma cota de produtos, e a entrega é feita semanalmente até o mês de dezembro de cada ano. Durante os meses de janeiro e fevereiro não há entrega de produtos ao PAA.

Conforme a legislação do PAA, o produtor que entrega a produção agroecológica deve receber 30 por cento a mais nos seus produtos. Contudo, observamos que, na entrega, não é feita essa separação pela prefeitura e nem pago o valor superior aos agricultores que produzem agroecologicamente. Devido à dificuldade e o custo financeiro para conseguir o certificado para vender os produtos como agroecológicos, alguns agricultores desistiram da produção agroecológica. Com isso, a prefeitura não realiza a separação na hora da entrega e todos recebem o mesmo valor da produção independente do modo de produção.

Na prefeitura acabou misturado tudo. Só que o problema é que o certificado não era tão simples de conseguir, era caro, era o MAPA {Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento} que dava esse certificado era complicado. Agora o certificado é de graça, mas eu também dei uma desanimada cara! Agora eu infezei, inclusive eu produzir 30.000 kg de mandioca e não conseguir vender, aí acabei desistindo e vou deixar de plantar a mandioca orgânica (Morador E., 2017).

Durante o acompanhamento nas propriedades, podemos perceber que, na primeira que fica, aproximadamente, a nove quilômetros da associação, o trabalho é, predominantemente, familiar, pois, desde a produção à entrega ao PAA, o trabalho é feito somente pelos moradores da casa. Nesse caso, podemos notar que as relações sociais estabelecidas são de cooperação mútua: três membros da residência possuem DAP e dois entregam no PAA, mas o trabalho é dividido por todos, com a finalidade de manter a casa. Também é perceptível que, nessa propriedade, desde a produção, que a

horta não tem dono e é de todos os membros da família. Quando encerra a cota<sup>5</sup> de um membro junto ao PAA, a família trabalha em prol do que tem a cota ainda a preencher. Nessa propriedade, os agricultores não relataram o serviço de assistência técnica *in loco*, mas, apenas, orientações durante as reuniões da associação.

Na outra propriedade visitada, há o trabalho de aproximadamente quinze pessoas, sendo doze meeiros, o dono da propriedade e dois filhos de um dos meeiros. Nessa propriedade, eles produzem grande variedade de produtos e contam com a assistência técnica das empresas, nas quais compram os adubos e agrotóxicos. Há o predomínio do regime de meeiro, no qual o agricultor fornece sua DAP para o dono da propriedade que é responsável por levar toda a mercadoria à Ceanorte. A produção que é entregue junto ao PNAE e outros lugares também fica a cargo do dono da propriedade que fica com a metade do dinheiro de tudo que é entregue ao PAA, PNAE e comércio.

Identificamos também que, após a criação do PAA e adesão da associação, as propriedades diversificaram a produção e aumentaram-na, com o intuito de atender ao PAA, o PNAE e os novos mercados. Após o PAA, o número de poços artesianos na região aumentou, à proporção que propriedades que possuíam apenas cisternas, e passaram a ter cinco poços artesianos. Acrescentamos, ainda, a preocupação com o meio ambiente, tendo em vista que é necessário manter o volume de água nos poços artesianos para garantir a irrigação das hortas.

O PAA é uma das principais fontes de renda da comunidade e caracteriza-se como uma política capaz de garantir a renda e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional dos moradores, para os quais, com a venda garantida da produção, possibilitou a melhoria na alimentação dos mesmos. Com a diversificação das hortas para atender o PAA e o PNAE, os agricultores passaram a alimentar-se melhor e inserir variedades de verduras em sua alimentação. Houve, também, em algumas famílias o aumento do consumo de frango caipira e ovos, visto que as folhas das hortaliças que não são comercializadas servem de alimentação para aves. Isso possibilitou o aumento da criação de aves nas propriedades, favorecendo a melhoria na alimentação da família.

Outra questão relevante, identificada por meio dos questionários aplicados junto aos agricultores, remete ao fato de que a diversificação nas plantações e o cultivo de árvores frutíferas favoreceram a redução do consumo de refrigerantes e enlatados e, em alguns casos, houve até a suspensão do consumo desses itens. Em conseqüência disso, para além da disponibilidade de frutas e verduras/legumes e hortaliças nas propriedades, esse fator é fruto das diversas palestras na associação sobre alimentação saudável.

---

<sup>5</sup> Cada agricultor tem uma cota por ano no PAA, no ano de 2016, segundo os agricultores foi de 3.600 reais. Assim, cada agricultor pode entregar até 3.600 reais ano, quando se encerra cota, deve esperar abrir nova chmanda da prefeitura de Montes Claros.

Como o PAA e o PNAE possibilitaram o aumento da produção, a ASPROHPEN, para buscar novos mercados e garantir os já existentes, em conjunto com os agricultores da região, está construindo uma cooperativa de beneficiamento das verduras e hortaliças. Tal construção tem como finalidade o beneficiamento da produção, garantindo, também, o controle do desperdício, pois, às vezes, as sobras do que é trazido para a Ceanorte e não é vendido fica sem destino e, às vezes, é doado ou jogado para os animais da propriedade.

A renda adquirida pelos agricultores poderia ser maior, sendo que o PAA paga 30 por cento a mais nos produtos produzidos de forma agroecológica. Mas, segundo os agricultores, a dificuldade em conseguir o selo fez com que muitos parassem de produzir de forma agroecológica. Também, observamos que, durante a entrega na Ceanorte, não há um lugar específico, nem é feito e nem perguntado ao agricultor se o produto é agroecológico. Outro fator é que, como as empresas que vendem os insumos para os agricultores também fornecem a assistência técnica, muitos preferem produzir com a inserção de agrotóxicos, visto que, para eles, além de aumentar a produção, garantem a assistência técnica.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos agricultores, observamos 02 situações distintas nesse quesito, para os proprietários que possuem em suas hortas os agricultores que trabalham em regime de meeiro, eles relataram como dificuldades a falta de mão de obra, falta de água e o valor por ano do PAA. Os meeiros relataram apenas a falta de água. Já para os agricultores que moram mais distante da Asprohpen, foi relatado como principal dificuldade o transporte da produção até a Ceanorte e a associação, quando os produtos são levados até a sede da associação.

Portanto, tendo como base os estudos realizados na comunidade, ressaltamos que, com a garantia de compra pelo governo federal da produção no Planalto Rural via PAA e PNAE, tem propiciado a fixação dos agricultores no campo e possibilitado a autossuficiência em suas propriedades. Isso se deve ao aumento e diversificação da produção. Para além de garantir mercado, o PAA promoveu, juntamente com o PNAE, a melhoria na qualidade de vida dos agricultores, os quais passaram a investir na propriedade e melhorar suas residências, com a aquisição de imóveis, automóveis e móveis. Além disso, destacamos a melhoria no que diz respeito à alimentação dos agricultores que, com a renda das vendas, passaram a se alimentar melhor e substituir refrigerantes e enlatados por sucos naturais e consumo das hortas.

## CONCLUSÕES

A pesquisa, em questão, e os resultados apresentados aqui, teve como objetivo o



entendimento do PAA e a influência na segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares da comunidade de Planalto Rural. Adotamos como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo *in loco*, para melhor compreender a dinâmica de produção e comercialização dos agricultores da região.

A partir dessa revisão bibliográfica, discorremos acerca da emergência da agricultura familiar enquanto categoria que teve sua relevância, a partir do ano de 1996, com a criação do PRONAF e, posteriormente, no ano de 2006, com a aprovação da Lei da agricultura familiar, que conceitua e coloca a categoria como um grupo de sujeitos a serem considerados nas políticas públicas e seu reconhecimento enquanto categoria.

No que concerne às políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, destacamos o Pronaf (1995) que foi fruto das mobilizações dos agricultores familiares, em 1994, em um movimento que ficou conhecido como “Grito da Terra”. O Pronaf tem como finalidade o apoio no que se refere ao financiamento para os agricultores familiares. No ano de 2006, uma nova realidade se configura para a agricultura familiar no Brasil, visto que, nesse ano, é aprovada a Lei nº 11.326/2006 que define os critérios para um empreendimento ser considerado familiar.

Foi no ano de 2003, com o início do Programa Fome Zero que teve por finalidade erradicar a fome no Brasil, que foi lançado o PAA que trouxe como novidade a estratégia de articular uma política de apoio aos agricultores familiares através da compra dos alimentos produzidos pelos mesmos. Além disso, o PAA também visou a garantir a distribuição desses alimentos para entidades socioassistenciais e pessoas em vulnerabilidade social.

A fim de entender a importância do PAA e sua influência na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na comunidade de Planalto Rural, fizemos uso da pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada e aplicação de questionários. Este último com a finalidade de identificar pontos relevantes para a pesquisa, tais como: o que é produzido, o que possuíam antes e depois do PAA e dados socioeconômicos dos agricultores do lugar. O trabalho de campo foi realizado *in loco*, durante a plantação e a colheita dos produtos para serem entregues ao PAA.

Ademais, para compreender melhor a dinâmica de produção, trabalho e comercialização, realizamos duas visitas a duas propriedades para acompanhar desde a coleta até a entrega dos produtos. Essa metodologia foi adotada com a finalidade de absorver algumas questões que não foram expostas nas entrevistas ou questionários.

Durante o acompanhamento nas propriedades, podemos perceber que, na primeira que fica, aproximadamente, a nove quilômetros da associação, o trabalho é, predominantemente, familiar, pois,

desde a produção à entrega ao PAA, o trabalho é feito somente pelos moradores da casa. Nesse caso, podemos notar que as relações sociais estabelecidas são de cooperação mútua: três membros da residência possuem DAP e dois entregam no PAA, mas o trabalho é dividido por todos, com a finalidade de manter a casa. Também é perceptível que, nessa propriedade, desde a produção, que a horta não tem dono e é de todos os membros da família. Quando encerra a cota<sup>6</sup> de um membro junto ao PAA, a família trabalha em prol do que tem a cota ainda a preencher. Nessa propriedade, os agricultores não relataram o serviço de assistência técnica *in loco*, mas, apenas, orientações durante as reuniões da associação.

Na outra propriedade visitada, há o trabalho de, aproximadamente, quinze pessoas, sendo doze meeiros, o dono da propriedade e dois filhos de um dos meeiros. Nessa propriedade, eles produzem grande variedade de produtos e contam com a assistência técnica das empresas, nas quais compram os adubos e agrotóxicos. Há o predomínio do regime de meeiro, no qual o agricultor fornece sua DAP para o dono da propriedade que é responsável por levar toda a mercadoria à Ceanorte. A produção que é entregue junto ao PNAE e outros lugares também fica a cargo do dono da propriedade que fica com a metade do dinheiro de tudo que é entregue ao PAA, PNAE e comércio.

Identificamos também que, após a criação do PAA e adesão da associação, as propriedades diversificaram a produção e aumentaram-na, com o intuito de atender ao PAA, o PNAE e os novos mercados. Após o PAA, o número de poços artesianos na região aumentou, à proporção que propriedades que possuíam apenas cisternas, e passaram a ter cinco poços artesianos. Acrescentamos, ainda, a preocupação com o meio ambiente, tendo em vista que é necessário manter o volume de água nos poços artesianos para garantir a irrigação das hortas.

O PAA é uma das principais fontes de renda da comunidade e caracteriza-se como uma política capaz de garantir a renda e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional dos moradores, para os quais, com a venda garantida da produção, possibilitou a melhoria na alimentação dos mesmos. Com a diversificação das hortas para atender o PAA e o PNAE, os agricultores passaram a alimentar-se melhor e inserir variedades de verduras em sua alimentação. Houve, também, em algumas famílias o aumento do consumo de frango caipira e ovos, visto que as folhas das hortaliças que não são comercializadas servem de alimentação para aves. Isso possibilitou o aumento da criação de aves nas propriedades, favorecendo a melhoria na alimentação da família.

Outra questão relevante, identificada por meio dos questionários aplicados junto aos

---

<sup>6</sup> Cada agricultor tem uma cota por ano no PAA, no ano de 2016, segundo os agricultores foi de 3.600 reais. Assim, cada agricultor pode entregar até 3.600 reais ano, quando se encerra cota, deve esperar abrir nova chamada da prefeitura de Montes Claros.

agricultores, remete ao fato de que a diversificação nas plantações e o cultivo de árvores frutíferas favoreceram a redução do consumo de refrigerantes e enlatados e, em alguns casos, houve até a suspensão do consumo desses itens. Em consequência disso, para além da disponibilidade de frutas e verduras/legumes e hortaliças nas propriedades, esse fator é fruto das diversas palestras na associação sobre alimentação saudável.

Como o PAA e o PNAE possibilitaram o aumento da produção, a ASPROHPEN, para buscar novos mercados e garantir os já existentes, em conjunto com os agricultores da região, está construindo uma cooperativa de beneficiamento das verduras e hortaliças. Tal construção tem como finalidade o beneficiamento da produção, garantindo, também, o controle do desperdício, pois, às vezes, as sobras do que é trazido para a Ceanorte e não é vendido fica sem destino e, às vezes, é doado ou jogado para os animais da propriedade.

A renda adquirida pelos agricultores poderia ser maior, sendo que o PAA paga 30 por cento a mais nos produtos produzidos de forma agroecológica. Mas, segundo os agricultores, a dificuldade em conseguir o selo fez com que muitos parassem de produzir de forma agroecológica. Também, observamos que, durante a entrega na Ceanorte, não há um lugar específico, nem é feito e nem perguntado ao agricultor se o produto é agroecológico. Outro fator é que, como as empresas que vendem os insumos para os agricultores também fornecem a assistência técnica, muitos preferem produzir com a inserção de agrotóxicos, visto que, para eles, além de aumentar a produção, garantem a assistência técnica.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos agricultores, observamos 02 situações distintas nesse quesito, para os proprietários que possuem em suas hortas os agricultores que trabalham em regime de meeiro, eles relataram como dificuldades a falta de mão de obra, falta de água e o valor por ano do PAA. Os meeiros relataram apenas a falta de água. Já para os agricultores que moram mais distante da Asprohpen, foi relatado como principal dificuldade o transporte da produção até a Ceanorte e a associação, quando os produtos são levados até a sede da associação.

Portanto, tendo como base os estudos realizados na comunidade, ressaltamos que, com a garantia de compra pelo governo federal da produção no Planalto Rural via PAA e PNAE, tem propiciado a fixação dos agricultores no campo e possibilitado a autossuficiência em suas propriedades. Isso se deve ao aumento e diversificação da produção. Para além de garantir mercado, o PAA promoveu, juntamente com o PNAE, a melhoria na qualidade de vida dos agricultores, os quais passaram a investir na propriedade e melhorar suas residências, com a aquisição de imóveis, automóveis e móveis. Além disso, destacamos a melhoria no que diz respeito à alimentação dos agricultores que, com a renda das vendas, passaram a se alimentar melhor e substituir refrigerantes e

enlatados por sucos naturais e consumo das hortas.

## REFERÊNCIAS

BOJANIC, A. J. (Coord.). **Superação da fome e da pobreza rural**: iniciativas brasileiras. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.696 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm). Acesso em: 27 jan. 2016b.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, 2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Resultado das ações da CONAB em 2016**. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17\\_03\\_03\\_14\\_44\\_39\\_minuta\\_sumario\\_executivo\\_2016\\_final.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_03_03_14_44_39_minuta_sumario_executivo_2016_final.pdf). Acesso em: 15 maio 2017.

FONSECA, A. I. **Agricultura familiar como sustentabilidade**: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros/MG. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2012.

GRISA, C.; PORTO, I. S. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 155-180.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PAA\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf). Acesso em: 04 jun. 2015.

MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **PAA**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Acesso em: 03 jan. 2016.

MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Plano Brasil sem Miséria**: rota da inclusão produtiva rural. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/bsm\\_no\\_campo](http://www.mda.gov.br/bsm_no_campo). Acesso em: 15 jan. 2017.

YIN. Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Daniel Grassi (Trad.). 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## AUTORES:

**Rony Enderson Oliveira**

Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM (2017). Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2009). Trabalhei como pesquisador pela Fundação Getúlio Vargas no projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrado e Sustentável) no Norte de Minas e Goiás. Atuei como Coordenador da pesquisa sobre a cadeia produtiva da mandioca no Sudoeste da Bahia, parceria entre a FGV e a Plus Marketing - RJ, exerci a função de Assistente Social no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Januária. E atualmente atuo na Pró-reitoria de extensão do Instituto Federal do Norte de Minas - Reitoria Montes Claros - MG, sendo responsável pelo Programa Mulheres Mil de 2011 a 2012; Coordenador Adjunto de Administração e Operações do Bolsa Formação - Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) 2013 - 2015; responsável pelo Núcleo de Assistência Estudantil do ano de 2009 a 2014. Coordenador Geral do Projeto Alvorada no IFNMG - MJ/DEPEN.

**E-mail:** rony.enderson3@gmail.com

### **Sílvia Regina Paes**

Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1991e1992), Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998 e 2003). Atualmente é Profa. Associada da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Campus JK nos cursos da área da saúde na FCBS (Faculdade de Ciências Básicas e da Saúde); Profa. do Mestrado Profissional "Saúde, Sociedade & Ambiente". Orienta pesquisa de mestrado e iniciação científica na área interdisciplinar, com interface na saúde coletiva. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia rural com os seguintes temas: cultura caiçara, saúde, educação ambiental, conhecimento tradicional e cultura tradicional; em Sociologia Rural, atuando e pesquisando junto às comunidades de pequenos agricultores e quilombolas.

**E-mail:** tudapaes@ig.com.br

### **Célia Lopes Azevedo**

Mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros, PPGDS- Unimontes, MG. Graduada em Ciências Sociais - Unimontes, (2006). Licenciatura em Sociologia - Unimontes, (2008). Especialização em Educação à Distância, (2017) - Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Especialização em Recursos Humanos, Faculdades Integradas Jacarepaguá (2013). Servidora Pública no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Experiência na área de Sociologia, Gestão de Pessoas. Atua na Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

**E-mail:** clazevedo33@gmail.com